

Número de acidentes cai durante o carnaval

De acordo com dados da Polícia Rodoviária Federal, o número de mortes nas estradas federais nesse carnaval foi 18% menor que no ano anterior, e a quantidade de acidentes também diminuiu. Foram 3.149 este ano, comparado a 3.499 do ano passado. O total de feridos foi de 1.793, 19% a menos que em 2012, quando os números totalizaram 2.207.

Segundo o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, entre os fatores que contribuíram para a redução do número de mortes e de acidentes, estão o endurecimento da Lei Seca, o aumento do efetivo de policiais rodoviários e a maior fiscalização em pontos

estratégicos.

E para contribuir com essa redução e garantir a diversão e ao mesmo tempo a segurança da população, a PRF montou uma operação especial em todo o país.

Na BR 101, por exemplo, no estado do Rio de Janeiro, a atenção foi redobrada para evitar



motoristas alcoolizados e carros trafegando nos acostamentos, o que são considerados infrações gravíssimas. Mais de 500 mil veículos passaram pela Ponte Rio-Niterói, segundo a concessionária CCR Ponte.

Problemas com a proliferação de sindicatos



A distorção da garantia constitucional que proíbe a interferência estatal sobre os sindicatos, arduamente conquistada pelos cidadãos brasileiros, tem servido de justi-

ficativa para a proliferação de associações sem qualquer representatividade, custeadas pelo dinheiro público proveniente da arrecadação da contribuição sindical.

Segundo dados do IBGE, em 1988, o Brasil contava com 9.120 sindicatos, sendo 3.140 de empresas e 5.980 de trabalhadores. Atualmente, de acordo com os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, existem 14.946 sindicatos, dos quais 4.823 representam

os empregadores e nada menos que 10.123 (!) representam os trabalhadores, 526 federações e 38 confederações, além das centrais sindicais.

A conclusão a que se chega é a de que a criação de um sindicato tornou-se um negócio extremamente lucrativo, especialmente se considerada a ausência de fiscalização dessas entidades e a desnecessidade de prestação de contas da utilização do dinheiro arrecado por meio da contribuição sindical.

Indenização de fronteira: Cardozo pede agilidade



O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, se reuniu no fim do mês de fevereiro com o presidente da Câmara dos Deputados (CD), Henrique Eduardo Alves, para ressaltar a importância da aprovação do Projeto de Lei 4.264/12, que pretende instituir a indenização de fronteira para os cargos efetivos das carreiras de Policial Rodoviário Federal, Ministério da Fazenda e Polícia Federal.

Segundo Henrique Alves, o PL será discutido em comissão geral, provavelmente, no mês de março. Para Pedro Cavalcanti, presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF), esta indenização é um compromisso do Governo Federal que só foi assumido e enviado na forma de

Nacional dos Policiais Federais (Fenapef).

O presidente da FenaPRF acredita ainda que, com a aprovação desse projeto de lei, esses servidores vão se sentir valorizados e muitos outros vão pedir transferência voluntária para os municípios fronteiriços. "Sem incentivo e condições, dificilmente, os servidores vão pedir para serem, ou continuarem, lotados na faixa de fronteira", concluiu.

projeto de lei ao Congresso Nacional, após várias manifestações realizadas pela FenaPRF em conjunto com o Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita) e com a Federação



Projeto regulamenta greve no serviço público

O Projeto de Lei 4532/12, em análise na Câmara, estabelece regras de negociação trabalhista entre servidores públicos e a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. A proposta, de autoria do deputado Policarpo (PT-DF), é uma nova tentativa de regulamentar o direito de greve no serviço público.

Entre as medidas previstas no texto está a criação de um sistema de negociação permanente entre Poder Público e servidores, por meio da chamada "Mesa de Negociação", a ser instituída nos três níveis da Federação, com representantes das duas partes.

O projeto tramita em conjunto com o PL 4497/01, da ex-deputada Rita Camata, e com outras dez propostas relacionadas ao direito de greve no serviço público. Os textos serão analisados pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) e pelo Plenário.



Dinheiro da segurança não chega às grandes cidades



O governo federal vem aumentando seus gastos com segurança pública nos últimos anos: entre 2011 e 2012, os gastos mais que dobraram, passando de R\$ 1,1 bilhão para R\$ 2,4 bilhões. Os investimentos incluem os repasses para estados e órgãos como as polícias Federal

e Rodoviária Federal. Embora, ao menos no papel, os programas de segurança estejam recebendo mais atenção, com reforço de ações na segurança das fronteiras e treinamentos específicos para a Copa do Mundo, pouca ajuda é dada ao combate direto à violência dentro das grandes

cidades.

No ano passado, houve uma sinalização de que um programa de policiamento comunitário iria decolar, mas ele não vingou. Embora houvesse uma previsão orçamentária para repasses de R\$ 188,5 milhões para ações de policiamento comunitário, nenhum centavo foi transferido para os projetos selecionados.

Anunciado pela própria presidente Dilma Rousseff (PT), o projeto de readequação de postos fixos de policiamento comunitário, com 2.883 unidades fixas espalhadas pelo país, não deslançou. Enquanto a violência urbana cresce a cada ano nas grandes cidades, com índices de homicídios maiores, não se vê uma ação integrada para combater esse mal. Para o sociólogo Julio Jacobo, o país carece de uma política nacional de enfrentamento da violência, não só nas fronteiras, mas ligada a organizações criminosas.

FenaPRF convoca para Assembleia Geral Ordinária

A Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF) está convocando seu Conselho de Representantes, formado pelos presidentes e delegados sindicais, para a primeira reunião de 2013 (Assembleia Geral Ordinária), que será realizada no dia 19 de março (terça-feira). Durante o encontro serão debatidos os seguintes assuntos:

- apreciação do Relatório de Atividades da Federação do exercício de 2012;

- balanço anual da Diretoria Financeira (prestação de contas);
- previsão orçamentária para o exercício de 2013.

Os representantes dos policiais rodoviários federais permanecerão em Brasília até 22 de março (sexta-feira), para também discutirem e avaliarem o planejamento das ações que devem ser priorizadas pelo Sistema Sindical em 2013. Durante a semana ainda estão



previstas visitas ao Congresso Nacional para verificarem o andamento dos projetos de lei que interessam à categoria.

Policiais atuam com coletes balísticos vencidos

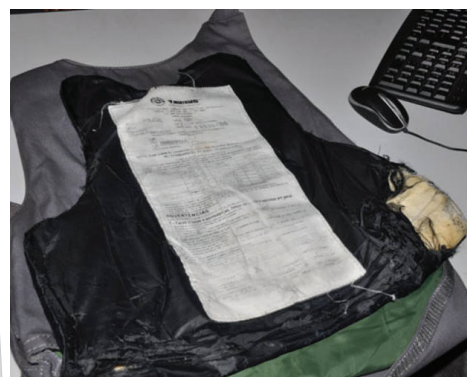
Diante da onda de atentados que assola o Estado de Santa Catarina, há um fato estarrecedor ocorrendo na Polícia Rodoviária Federal do Estado. Neste momento em que as atitudes de proteção aos policiais devem ser multiplicadas, tanto por atitudes individuais, quanto coletivas, há uma falha grave que provém da ineficiência administrativa. Policiais estão trabalhando com coletes balísticos vencidos, ou seja, fora da garantia.

Tal situação chama ainda mais a atenção, porque a Polícia Rodoviária Federal tem agido ati-

vamente no reforço da segurança no Estado, tanto no deslocamento de presos, quanto no aumento da fiscalização e repressão, de acordo com o planejamento da Operação Divisas anunciada pelo Ministro da Justiça, em conjunto com o governador do Estado, expondo-se a riscos ainda maiores do que aqueles a que estão expostos habitualmente.

O Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais de Santa Catarina, em busca da segurança

dos Policiais, passa a questionar a Superintendência Regional acerca de tal situação.



Informativo FenaPRF

Um espaço planejado para Federação se comunicar diretamente com os sindicatos, policiais e sociedade em geral.

A ideia é trazer a cada mês assuntos e um resumo das principais ações da categoria.



Mande Sugestões!
Elas serão bem-vindas

nacionalpress.np@gmail.com

Junte-se a nós!

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA DA FENAPRF

Presidência

Pedro da Silva Cavalcanti (PE)
Helio Cipriano Feitosa (PI)

Secretaria

Lourismar da Silva Duarte (CE)
Marcia Vieira de Oliveira (RN)

Financeiro

Deolindo Paulo Carmiel (RS)
Ricardo José de Souza Sá (PB)

Patrimônio

Marcelo Novaes de Andrade (RJ)
Itler Jose de Oliveira (ES)

Jurídico

Jailton da Silva Tristão (MG)
Antonio Jorge Falcão Rios (BA)

Parlamentar

Tácio Melo da Silveira (AL)
Renato Antonio Borges Dias (GO)

Comunicação e Divulgação

Edilez Mariano de Brito (TO)
Fabiano Viana Santos (DF)

COORDENADORIAS

Relações do Trabalho

Marcos Khadur Rosa Pires

Políticas Sociais

Cesar Edineu Sousa Arruda

Relação dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas

Antônio Carlos Correa de Lima
Antônio Alves Pedrosa Neto

Políticas Desportivas

Dorvercino Borges Neto

CONSELHO FISCAL

Titulares

Marcos de Jesus Viana (SP)
Welinton Botão Martins (MA)
Valtomy Floriano Pereira (AL)

Suplentes

Paulo Fernando de Souza (RO)
Paulo Vinicius Barros de Assis (MT)
Tiago Arruda Cardoso da Silva (PE)

CONSELHO DE ÉTICA

Titulares

Lúcio Flávio Paula Lopes (SP)
Vladimir Benedito Struck (MS)
Deolindo José Nunes da Silva (PI)

Suplentes

Ronald Almeida Cruz (SE)
Ranier de Almeida (RJ)
José Maria Campos (PB)

www.nacionalpress.com.br (61) 3322-0553

Este material é produzido pela Nacional Empresa de Comunicações Ltda.
SIG-Qd.01, nº 495, Ed Barao de Rio Branco. Sala 23- CEP 75.410.610 - BRASILIA / DF

SHN Quadra 02
Edifício Executive Office Tower
Salas 1815 a 1820 Brasília / DF - 70.702-000
(61) 3244-4647 / 3244-9698
Expediente administrativo: 9h às 18h
Atendimento ao público: 9h às 17h
faleconosco@fenaprf.org.br